MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE DIREITO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

UFG

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Departamento / Setor	Unidade
FACULDADE DE DIREITO-ufg	PPGDP

Nome da Disciplina	Sugestão de Período a Ser Cursada
POLÍTICAS PENAIS E PRISIONAIS: AVALIAÇÃO DE MODELOS E PRÁTICAS	

Pré-Requisitos	Co-Requisitos

Núcleo da Disciplina (Comum/Específico)	Natureza da Disciplina (Obrigatória/Optativa)
AREA 2	

Distribuição da carga horária

Carga horária total	Teóricas	Práticas	Carga horária semanal
64			

Ementa

1. Políticas de segurança pública e sistema prisional. 2. Estrutura e funcionamento organizacional do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça e a execução penal. 3. Gestão, planejamento a administração financeira do Fundo Penitenciário Nacional-FUNPEN. 4. Execução penal e boas práticas prisionais. 5. O sistema penal brasileiro e as práticas internacionais. 6. Estudo de casos em boas práticas prisionais. 7. Avaliação crítica da politica prisional brasileira a partir de experiências práticas.

Docentes

PEDRO SERGIO DOS SANTOS

Coordenador do Curso | Diretor da FD

2. OBJETIVOS

2.1. Gerais

Levar o aluno a uma visão sistêmica sobre a questão das políticas Prisionais, as boas práticas do sistema e avaliar os pontos críticos dos modelos adotados para a proposição de novas alternativas.

2.2. Específicos

Que o aluno possa observar a Execução Penal como setor importante das Políticas Públicas de interesse social, com capacidade critica para análise de projetos e Planos governamentais, e um olhar de pesquisa sobre o tema no cenário internacional.

3. PROGRAMAÇÃO TEÓRICA-PRÁTICA

3.1. Discriminação do conteúdo	Horas previstas
● Noção de pena e punição: alteridade. • Histórico das penas e a pena de prisão: teorias e normas penais no Estado moderno e contemporâneo. • Sistema e sistemas de penas no Brasil • Refinamento punitivo prisional e crueldade no modelo nazista. • Políticas outras de separação, exclusão e extermínio. • Sistemas prisional e “direito de guerra” • Prisão: pena de morte parcial. Aula: () • O Estado e o Crime causa e Crime efeito e a noção de resíduo Aula: • Políticas prisionais e crime organizado (presos políticos e os presos do terrorismo • Presídios e políticas de privatização • Arquitetura prisional nas políticas prisionais Aula	

- Atores da política prisional na LEP (com visita de estudos CNPCP) • Projetos legislativos e política penal- Leis CH/ RDD, outras (com visita de estudos)
- Presídios e convivência interna: Trabalho, família, religião, saúde, educação, direitos, deveres , participação política do presos e políticas publicas. Políticas públicas e utopias punitivas.
- Avaliação da disciplina
- Entrega de artigos, como requisito parcial para a nota.

5. ESTRATÉGIAS DE ENSINO – Descrição das Estratégias

1. Aulas expositivas, com recursos eletrônicos disponíveis segundo recomendações do ERE/UFG
2. Recursos áudio-visuais (slides, transparências e filmes técnicos);
3. Realização de seminários pelos acadêmicos;
4. Disponibilização da Bibliografia Básica para consultas pelos acadêmicos;
5. Atendimento individual ou em grupos;

AVALIAÇÃO E PRODUTO FINAL: PRODUÇÃO DE UM LIVRO COLETIVO COM A TEMÁTICA DA DISCIPLINA

8. BIBLIOGRAFIA BÁSICA - Relação de Livros e Periódicos Básicos

AMARAL. Claudio do Prado. Historia da pena de prisão. Paco editorial. SP 2015.

ARENDT Hannah. Eichmann em Jerusalém. Um Relato Sobre a Banalidade do Mal. Companhia das Letras. SP.2011.
CARVALHO, Amilton Bueno de; CARVALHO, Salo de. Aplicação da pena e garantismo. 2. ed. [S.l.]: Lumen Juris, 2002.
HUNGRIA, Nelson. A criminalidade política no direito brasileiro. In: Revista Forense, a. 87, n. 188, mar.-abr. 1960.
MORILLO, Joaquin Garcia. Responsabilidad política y responsabilidadpenal. In: Revista Española de Derecho Constitucional, a. 18, n. 52, p. 81-110, 2008.
MESUTTI, Ana .O tempo como pena ; tradução Tadeu AntonioDix Silva, Maria Clara Veronesi de Toledo ; prefácio Alberto Silva Franco. - São Paulo Revista dos Tribunais, 2003.
PAMPLONA, Gustavo. Crimes políticos, terrorismo e extradição: nos passos de Hannah Arendt. Porto Alegre: Simplíssimo, 2011.
PIERANGELLI. Jose Henrique. Códigos penais do Brasil. Evolução histórica. RT.2001
SANTOS. Pedro S. Neto. Antonio L. SILVA. Marcia S. Muito Alem da Pandemia Covid 19; A política sanitária prisional do Sistema Penitenciário do Distrito Federal. In. Politica Publica . Segurança Publica. Um Olhar sobre as instituições . 2021, Ed, Ilumina./ Amazon.
SILVA, Dinis Carla Borghi. História da prisão :apontamentos/ Unesp. Franca. 2014.
SUTHERLAND. Edwin H. CRIME DE COLARINHO BRANCO. Ed. Revan . J. 2015
SANTOS. Pedro Sergio. O nazi-esquerdismo nas políticas de aprisionamento do Brasil. Fanap.Vol.1.2013. Revista Jurídica (http://187.45.244.77/ojs-3.1.0-1/index.php/juridica/article/view/32)
LOPES Jr. Aury. A (im)prestabilidade jurídica dos laudos técnicos na execução penal. IBCCRIM São Paulo.2003
ZAFFARONI, Eugenio Raúl. O inimigo no direito penal. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
PAMPLONA, Gustavo. Crimes políticos, terrorismo e extradição: nos passos de Hannah Arendt. Porto Alegre: Simplíssimo, 2011.